



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### LEI Nº 1096/2002

“Regulamenta contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública e dá outras providências”.

O Povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos.

Parágrafo Único – Entende-se como iluminação pública àquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia elétrica e que sirva às vias e logradouros públicos.

Art. 2º - A contribuição incidirá sobre a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelo Município no âmbito do seu território.

Art. 3º - Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de unidade imobiliária servida por iluminação pública.

Art. 4º - A contribuição para Custeio do serviço de iluminação Pública será calculada mensalmente sobre o valor da Tarifa de Iluminação vigente, Subgrupo B4b, devendo ser adotado nos intervalos de consumo indicados os percentuais correspondentes.

| CLASSES<br>(kWh) |   |     | PERCENTUAIS DA TARIFA DE<br>ILUMINAÇÃO PÚBLICA |
|------------------|---|-----|--|
| 0                | a | 50  | Isento   |
| 51               | a | 100 | 3.00   |
| 101              | a | 200 | 6.00   |
| 201              | a | 300 | 9.00   |
| Acima            | a | 300 | 10.00  |

Art. 5º - O Produto da Contribuição constituirá receita destinada a cobrir os dispêndios da Municipalidade decorrentes do custeio do serviço de iluminação Pública.

Parágrafo Primeiro: O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- Despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública;
- Despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 6º - É facultada a cobrança da Contribuição na fatura de consumo de energia elétrica emitida pela empresa concessionária ou permissionária local, condicionada à celebração de contrato e convênio.

Parágrafo único: O Poder Executivo fica autorizado a celebrar contrato ou convênio com a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica local, para promover a arrecadação da contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP.

Art. 7º - Aplica-se à Contribuição para Custeio do Serviço de iluminação Pública, no que couber, as normas do Código Tributário Nacional e legislação tributária do Município, inclusive aquelas relativas às infrações e penalidades.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E DOIS. (27-12-2002)*

***Ver. WALDIR AMBRÓSIO DA TRINDADE***  
***Presidente da Câmara***

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 31-12-2002, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes  
At. Legislativo



***JUSTIFICATIVA***

O Projeto de lei que disciplina a propriedade, posse, transporte e guarda de cães perigosos, deve ser apreciado de forma urgente, tendo em vista a incidência de vários cães de comportamento considerado perigoso nas vias públicas do Município, colocando em risco a população em geral e especialmente as crianças.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Hilmar Sathler César

Prefeito Municipal

### ***JUSTIFICATIVA***

O Projeto de lei que Dispõe sobre a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, trata-se de adequação da legislação Municipal à emenda Constitucional 39 aprovada em 20/12/2002, que regulamenta uma questão que já vinha sendo há muito debatida nos tribunais com algumas causas ganhas, inclusive Lajinha, e outras perdidas. O presente projeto de lei segue estritamente os percentuais dispostos na lei 814/97.

Hilmar Sathler César

Prefeito Municipal